



Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Cáceres

	Em 18 103/22 Hrs 08:50 Sob no 1040 Ass.: Allan Whoe			Projetos De Lei		APROVADO
PROTOCOLO		-		Projeto De Decreto Legislativo		
				Projeto De Resolução	N° 56 122	Presidente da Câmara
			X	Requerimento		
				Indicação		REJEITADO
				Moção		
				Emenda		Presidente da Câmara

AUTOR: CÉZARE PASTORELLO

SOLIDARIEDADE



O Vereador Cézare Pastorello, Solidariedade, propõe ao Augusto e Soberano Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente à Excelentíssima Prefeita de Cáceres, Eliene Liberato, consubstanciado no seguinte requerimento:

Que seja encaminhada a esta Casa de Leis:

Considerando o saldo de R\$ 6.389.338,00 (seis milhões, trezentos e oitenta e nove milhões, trezentos e trinta e oito reais), na conta bancária 6624031-3 (custeio) da Secretaria Municipal de Saúde, cujo saldo se mantem acima dos 5 milhões desde janeiro de 2021, vimos requerer a justificativa para a não aplicação desses recursos de custeio em ações de saúde e o Plano para aplicação do recurso nos próximos meses, diante da patente demanda de ações.

Sala das sessões, 17 de março de 2022.

CEZARE PASTORELLO

MARQUES DE

Assinado de forma digital por CEZARE PASTORELLO MARQUES D PAIVA:30823756

PAIVA:30823756

ézare Pastorell ereador Cézare Pastorell

Solidariedade

Este documento contém anexo, que vai digitalmente assinado nos termos da Lei Nº 14.063/2020.

JUSTIFICAÇÃO

Dentre as funções precípuas dos vereadores está a de fiscalização, que não se resume apenas à fiscalização da qualidade da prestação de serviços pelo município, mas, da sua saúde financeira, desenvolvimento orçamentário dentre outros. E nesse diapasão, os repasses federais são fontes primordiais de custeio dos serviços prestados.

Ocorre que o município de Cáceres tem como população um povo trabalhador, porém, carente de recursos e atenção pública, e a devolução de recursos à esfera federal é incompatível com o estado de necessidade do nosso povo.

Assim sendo, para subsidiar e ajudar na melhor execução financeira desses recursos, vimos tomar informações, como exercício de fiscalização e posterior ação de assessoramento.

LEGALIDADE

Com fulcro no Art. 40, III, da Lei Orgânica Municipal, e do art. 3º, § 3º e 4º, do Regimento Interno desta casa, e Art. 74, XXX, in verbis:

Art. 74. Compete privativamente ao Prefeito:

[...]

XXX - prestar à Câmara Municipal, por ofício, <u>dentro de trinta</u> <u>dias</u>, as informações solicitadas pela mesma e referentes aos negócios do Município, sem prejuízo de fazê-lo na forma do artigo 22, X, desta lei Orgânica;

Diante disso, e considerando-se que se caracterizam como **Crimes de Responsabilidade**, com previsão decreto-Lei 201/1967, **independentemente do pronunciamento da Câmara Municipal**:

Art.

19

[...]

XIV - Negar execução a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

Pastorello

2

Resta demonstrada que a esperada resposta a este requerimento no prazo e modo são imprescindíveis para a garantia da legalidade e da segurança da soberania democrática, e que o atraso injustificado é atentatório à harmonia entre os poderes, por cercear o exercício da atividade fiscalizatória do legislativo.

Sala das sessões, 17 de março de 2022.

Wergador Ce are Fastorello Solidariedade

Conta Bancária

